

Precarização no Trabalho e Exposição ao Risco: um estudo de caso sobre a mulher no trabalho de campo em Arqueologia

*Precarización en el Trabajo y Exposición al Riesgo:
un estudio de caso sobre la mujer no trabajo de campo en Arqueología*

*Precariousness at Work and Exposure to Risk:
a case study about the woman in the fieldwork in Archeology*

Esp. Julia da Fonseca Lopes¹

Ma. Thays Rodrigues Votto²

Esp. Marina da Fonseca Lopes³

Resumo

O presente artigo visa apresentar uma análise de um estudo de caso sobre a presença de sofrimento psíquico vivenciado por uma mulher no trabalho de Arqueologia. A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada com uma profissional da área. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo. Emergiu das análises um elevado nível de sofrimento, relacionado, principalmente, ao alto risco de adoecimento físico e psíquico nos ambientes de trabalho desta profissional. Diante do resultado, torna-se relevante pensarmos na saúde mental das mulheres trabalhadoras em diversas áreas, como nesta em questão que, além de precarização, riscos e vulnerabilidades físicas, há ainda, a possibilidade de assédio sexual devido à exposição da mulher a uma equipe de trabalho em campo majoritariamente masculina.

Palavras-Chave: Assédio Sexual; Precarização no Trabalho; Sofrimento Psíquico.

Resumen

El presente artículo pretende presentar una análisis de un estudio de caso sobre la presencia de sufrimiento psíquico vivido por una mujer en el trabajo de Arqueología. La recolección de datos fue realizada por medio de una entrevista semiestruturada, realizada con una profesional del área. Los datos se analizaron a través del análisis de contenido. De los análisis surgió un alto nivel de sufrimiento, relacionado principalmente con el alto riesgo de enfermedad física y psíquica en los ambientes de trabajo de esta profesional. En cuanto al resultado, resulta relevante pensar en la salud mental de las mujeres trabajadoras en diversas áreas, como en esta cuestión que, además de precarización, riesgos y vulnerabilidades físicas, todavía existe la posibilidad de acoso sexual debido a la exposición de la mujer a un equipo de trabajo en campo mayoritariamente masculina.

Palabras claves: Acoso Sexual; Precarización en el Trabajo; Sufrimiento Psíquico.

Abstract

The present article aims to present an analysis of a case study about the presence of psychic suffering experienced by a woman in the work of Archeology. The data collection was performed through a semistructured interview with a professional in the area. The data were analyzed through Content Analysis. A high level of suffering emerged from the analysis mainly related to the high risk of physical and psychological

¹ Mestranda em Educação. FURG. E-mail: ju.flopes@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. FURG. E-mail: thayvotto@hotmail.com.

³ Pós-Graduada em Gestão Ambiental em Municípios. UTFPR. E-mail: mfl.arqueologia@gmail.com.

illness in the work environment of this professional. From the result becomes relevant that we think in the mental health of women worker in several areas such as this one that in addition to precariousness, risks and physical vulnerabilities, there is also the possibility of sexual harassment due to women exposure to a predominantly male fieldwork team.

Keywords: Sexual Harassment; Precariousness at Work; Psychic Suffering.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a análise de uma entrevista realizada com uma arqueóloga sobre as formas pelas quais as condições e as relações de trabalho influenciam no processo saúde-doença. Considerando o caráter multidimensional e interdisciplinar da Educação Ambiental, torna-se possível realizar uma aproximação com outras áreas da educação, tais como a educação para os direitos humanos, para a saúde, para o desenvolvimento, para a cidadania, entre outras. No entanto, como apontam Henriques et al. (2007, p. 11), “sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais – com seus limites de regeneração e capacidade de suporte – eleitos como balizadores das decisões sociais e reorientadores dos estilos de vida individuais e coletivos”.

Entre as diversas correntes que contemplam a Educação Ambiental, utilizamos especialmente das contribuições da corrente feminista que inicialmente, de acordo com Sauv e (2005, p. 32), “adota a an lise e a den ncia das rela es de poder dentro dos grupos sociais”, entretanto, atualmente nota-se um deslocamento de tal den ncia para uma reconstru o das rela es de g nero por meio de atividades conjuntas e complementares. Assim, na dire o de reconstruir ao inv s de denunciar, busca-se “integrar as perspectivas e os valores feministas aos modos de governo, de produ o, de consumo, de organiza o social.” (SAUV E, 2005, p. 32).

Para a an lise, utilizamos como referencial te rico os conceitos de descri o subjetiva e gerencial do trabalho, abordados por Christophe Dejours (2007) ao caracterizar a precariedade do trabalho como um conjunto de fatores que permeia a atividade laboral de in meros trabalhadores. Entre outros autores, fundamentamos tamb m em Valqu ria Padilha (2009) e Giovanni Alves (2007), os quais s o enfatizados na discuss o dos resultados.

De acordo com Padilha (2009), a precariza o no trabalho apresenta-se como um conjunto de fatores que podem ou n o estarem relacionados entre si, a saber, a) desregulamenta o e perdas de direitos trabalhistas e sociais; b) legaliza o de trabalhos tempor rios em tempo parcial, e da informaliza o do trabalho; c) terceiriza o e quarteiriza o; d) intensifica o do trabalho; e) aumento de jornada com ac mulo de fun es

(polivalência); f) maior exposição a fatores de riscos à saúde; g) rebaixamento dos níveis salariais; h) aumento de instabilidade no emprego; i) fragilização dos sindicatos e das ações coletivas de resistência; j) feminização da mão de obra; e k) rotatividade estratégica (para rebaixamento de salários) (PADILHA, 2009).

Diante desse cenário e com o desenvolvimento do capitalismo global, a precariedade e a precarização assumem formas complexas, tanto em sua dimensão objetiva, quanto na subjetiva (ALVES, 2007) implicando, dessa forma, no desenvolvimento do sofrimento psíquico. Sobre esse aspecto, Enriquez (1995) e Gaulejac (2007), citados por Chiavegato Filho e Navarro (2014) destacam que

Nas relações de trabalho, nota-se que o avanço da ideologia gerencialista promove uma forte "psicologização" dos problemas organizacionais, nas quais os trabalhadores são praticamente forçados a se colocarem como inconvenientes e debilitados, além de responsáveis pela situação em que se encontram, o que contribui para a crescente culpabilização individual e para a fragilização dos coletivos de trabalho. Tal condição promove o crescimento das queixas que se referem ao sofrimento psíquico, à hiperatividade, ao esgotamento profissional e ao aumento de suicídios no local de trabalho (ENRIQUEZ, 1995; GAULEJAC, 2007 apud CHIAVEGATO FILHO; NAVARRO, 2014, p. 98).

Pautando-nos no discurso da profissional entrevistada, para o desenvolvimento da análise a qual nos propomos, enfatizamos os principais aspectos que, de alguma forma se relacionam aos elementos da precarização do trabalho ressaltados por Padilha (2009).

Para fins de organização, salientamos que o presente artigo está dividido em introdução, uma seção em que é descrita a metodologia empregada na pesquisa, três seções em que são apresentados os resultados e as discussões e, subseqüentemente, discorreremos sobre as nossas considerações finais.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2008) engloba um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes concernentes a um espaço mais profundo das relações sociais. Este estudo caracteriza-se ainda como um estudo de caso único, o qual contribui, de forma inigualável, à compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001). O delineamento metodológico foi constituído por uma entrevista semiestruturada realizada com uma arqueóloga. De modo geral, os questionamentos versaram sobre as características do trabalho, sobre as situações e as experiências vivenciadas em atividades de campo, isto é, aquelas em que a arqueóloga passa um determinado período

de tempo no local a ser analisado, geralmente áreas rurais, distantes e despovoadas.

O discurso da entrevistada foi analisado por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1997), que consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para a análise de comunicações e para o tratamento das informações contidas nas mensagens. A Análise de Conteúdo nos permite analisar uma enorme diversidade de materiais, bem como diferentes objetos de investigação, tais como atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, entre outros (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Para tanto, Bardin (1977) ressalta que esse tipo de análise abrange três polos cronológicos, a saber, a pré-análise, a exploração do material e, por último, o tratamento dos dados e a interpretação, que viabilizam, por sua vez, a criação de categorias de análise. Nestas, agrupam-se os dados de acordo com critérios previamente estabelecidos, nesse caso, concernentes aos significados atribuídos pela entrevistada ao longo da entrevista sobre a sua experiência laboral. Desse modo, emergiram da análise da entrevista três categorias temáticas, a saber, a *Caracterização do trabalho de Arqueologia*, a *Precarização no trabalho de campo* e a *Exposição ao risco: assédio sexual e sofrimento psíquico*, analisadas e apresentadas nas próximas seções.

3. Caracterização do trabalho de Arqueologia

Sobre as características do trabalho em Arqueologia, a profissional explica que na época da pesquisa trabalhava com licenciamento arqueológico, serviço que integra o licenciamento ambiental para a construção de empreendimentos tais como linhas de transmissão e hidrelétricas. A respeito de suas atribuições, descreve que, primeiramente, um projeto deve ser realizado e encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para fins de análise e de avaliação do grau de impacto para, posteriormente, serem liberadas e realizadas as atividades de campo. Segundo a entrevistada, o trabalho de campo é bastante exaustivo, pois é preciso caminhar em áreas muito extensas de mata fechada, com alto risco de acidentes e contato com animais peçonhentos.

Os equipamentos de trabalho destacados pela entrevistada referem-se a ferramentas pesadas, tais como cavadeira boca-de-lobo, enxada, facão, peneira, balde, bem como os materiais de pesquisa, que inclui GPS, máquina fotográfica, mochila e caderno de campo. Em relação à equipe do trabalho de campo, relata que geralmente é composta por ela, como arqueóloga coordenadora, e um ajudante – geralmente uma pessoa sem formação, do município local ou contratada pela empresa –, que auxilia na escavação das sondagens. Na

época do estudo, a entrevistada trabalhava como autônoma, com arqueologia de contrato. Neste tipo de serviço ocorre a terceirização e, às vezes, a quarteirização, como explica a arqueóloga:

O empreendedor vai ser aquele que vai investir na usina, vai ser o investidor e é quem vai construir. Então às vezes ele contrata tudo terceirizado: a empresa da arqueologia, a empresa do licenciamento ambiental e a construção. Nesse caso, ele contratou o pacote com a construtora e com a licenciadora ambiental e, a licenciadora ambiental, como não tem arqueologia na equipe, me contratou (Entrevistada).

4. Precarização no trabalho de campo

No final do século passado, ocorreram diversas alterações na legislação trabalhista brasileira. A Lei do Trabalho Temporário, aprovada em 1998, constitui, na perspectiva de Alves (2007), um novo arcabouço jurídico-institucional de regulação do trabalho precário, capaz de promover a flexibilidade dos contratos e o processo de terceirização como forma de possibilitar maior “liberdade” em negociações entre patrão e empregado (MARONEZE; LARA, 2013). A partir desse contexto, emergem no discurso da entrevistada diversos fatores que exemplificam a precariedade no exercício laboral da arqueologia de contrato, como descreve a arqueóloga autônoma:

Por se tratar de uma profissão que em campo é bem exaustiva, precisa de coisas básicas como água, alimentos... Tu precisas estar bem descansado e eles [empresa] não se importavam tanto com isso porque às vezes água a gente não podia comprar, a gente tinha que reduzir todos os gastos. Então a situação empregado-patrão era bem conflituosa em todas as equipes da empresa que iam a campo. (Entrevistada).

Além disso, durante o trabalho de campo, os profissionais não têm um horário definido para o trabalho. A empresa determina um prazo a ser cumprido, mesmo que para cumpri-lo seja necessário trabalhar por várias horas seguidas e sob qualquer clima. Como refere a entrevistada, “Com chuva não tem como ir a campo porque molha tudo, é difícil se deslocar, difícil se concentrar e as relações ficam perturbadas, fica todo mundo sujo. É extremamente desgastante, só que tem empresas que insiste em ir a campo com chuva”.

Concernente à precarização das relações trabalhistas, acreditamos que esse fator esteja imbricado na primazia do determinismo econômico, percebido no discurso da entrevistada quando refere que os construtores civis debochavam e faziam piadas de sua área de trabalho, questionando ironicamente: “você não vai encontrar sítio, né?” (...) Quando tu encontra, é um estresse muito grande porque aí eles querem que oculte ou que seja feita da forma mais barata

possível”. Além de coagir a sua liberdade de trabalhar, o ambiente e as relações de trabalho, muitas vezes, se tornam hostis, como demonstra o discurso da profissional no trecho a seguir, referindo-se a uma situação em que ela encontrou um sítio arqueológico e os engenheiros lhe disseram: “você está ciente de que você irá inviabilizar a nossa obra, né?”.

A minha resposta foi que eu não ia inviabilizar nada. Eu não tenho culpa que existe uma legislação que me ampara, que diz que sítio arqueológico é patrimônio da União, que é um bem que tem que ser registrado, mantido e preservado. Ainda mais quando se trata de uma ruína, né? Ruína não tem como eu resgatar, escavar e tirar ela dali ela tem que ficar. E a partir disso gerou várias piadas do pessoal da empresa, na área da engenharia civil. Piadas no sentido de que aquilo não era um sítio, que eu estava delirando, risadas da situação. Isso gerou um conflito (Entrevistada).

Outro aspecto que pode influenciar as relações entre os funcionários de uma empresa são as experiências ruins vivenciadas no ambiente de trabalho. Quando questionada a respeito de sua percepção acerca da horizontalidade nas relações de trabalho, a entrevistada afirma:

Eu gostaria de ver como horizontal, mas eu vejo como vertical por já ter passado por um assédio em campo, então a minha postura hoje é diferente de quando eu era uma estagiária. Quando eu era estagiária era de igual para igual. Totalmente. Agora não. Agora eu sou “carrasca”, eu chego mandando e tendo pulso porque senão eles passam por cima. Então eu prefiro mostrar que quem tem poder ali sou eu pra não ocorrer nenhum assédio (Entrevistada).

As relações hostis no trabalho mostram-se frequentes no discurso da entrevistada. As questões de assédio e aquelas que envolvem o sofrimento psíquico serão abordadas de forma detalhada na próxima seção. Assim, continuaremos analisando a precariedade de forma objetiva, ou gerencial que, como aponta Dejours (2007), pode estar associada aos materiais e ferramentas, suprimentos, infraestrutura e formas de contratação. Referente à infraestrutura, a arqueóloga diz que “Muitas vezes a gente foi para campo com pouco dinheiro. Geralmente se estabelece uma diária pra gastar com comida. Às vezes eu tinha que tirar do meu bolso e depois eles iam ressarcir e às vezes não ressarciam ou demoravam”. Outro aspecto abordado na entrevista diz respeito aos alojamentos que, embora algumas vezes fossem hotéis, “uma vez foi em uma casa de família, com família tradicional” (Entrevistada). Tal fato sugere que os empresários controlam o trabalho no intuito de reduzir os custos, mesmo que para isso, causem desconforto aos empregados e a terceiros. Sobre essa experiência, a entrevistada refere que “foi bastante ruim, constrangedor porque a gente invade a privacidade da família. (...) A empresa se compromete de fornecer hospedagem e ela não tem que estar te expondo a essa situação”.

Em outro ponto da entrevista, apesar de manifestar resistência, a profissional diz que “quando encontrava material arqueológico, por exemplo um sítio, a empresa pressionava na situação de tentar sempre ocultar e diminuir os gastos para conseguir executar o serviço. Eles precisavam economizar em tudo” (Entrevistada). Sobre a questão da ocultação, Dejours (2007) aborda o trabalho sujo e a moral nas relações de trabalho que, às vezes, ocorre entre os próprios trabalhadores a fim de conseguir vantagens sobre os outros, mas também dos gerentes em relação aos trabalhadores. Muitas vezes, tais relações são permeadas por sentimentos de medo e ameaças que levam os trabalhadores a agirem de acordo com as crenças e normas da empresa para evitar o desemprego. Essa preocupação parece estar atrelada ao aspecto *aumento de instabilidade no emprego*, apontado por Padilha (2009), bem como ao trabalho sujo, como refere Dejours (2007) a respeito da tolerância, da não denúncia e da participação na injustiça e ao sofrimento infligidos a outrem. No caso da profissional entrevistada, em sua área de trabalho torna-se necessário muita atenção e diálogo para evitar o trabalho sujo e a ocultação, como exemplifica no trecho abaixo, quando se refere às assinaturas de contratos:

Teve uma situação há pouco tempo que eu encaminhei o contrato, a pessoa alterou e não me informou e no dia que a gente iria se encontrar pra assinar, ela queria porque queria levar o tal do contrato. E eu falei: “não, eu vou levar o contrato”. Então ficou nessa discussão de quem levaria o contrato e eu pedi para a pessoa me fornecer o contrato, quando eu fui reler tinham muitas alterações e era extremamente impossível de assinar aquilo. Tem que estar sempre de olho (Entrevistada).

As relações de trabalho também são influenciadas pela tentativa da empresa em tirar vantagens do trabalho de Arqueologia, atrapalhando, assim, as relações sociais entre os trabalhadores. Ainda no viés de redução de custos, pode-se pensar que a profissional não tem autonomia para escolher os membros de sua equipe de campo. A presente situação relaciona-se com o fator *rotatividade estratégica (para rebaixamento de salários)*, que pode estar relacionado a outros fatores, tais como a *informalização do trabalho* e *terceirização e quarteirização*, apontados por Padilha (2009).

Nessa perspectiva, a entrevistada conta sobre os membros de sua equipe, salientando que “varia o tempo todo. Então em cada campo é uma experiência nova com uma pessoa. Um universo totalmente diferente. Nunca dá para saber o risco que tu vais correr”. Quando se refere ao ajudante de campo, diz ser um peão, “geralmente do município ou alguém que a empresa contrata”. Nesse contexto, assiste-se à redução de empregos formais ou permanentes e o predomínio de regimes e contratos de trabalho parcial e temporário, como a terceirização e

a subcontratação, revelando-se em formas cada vez mais precarizadas (MARONEZE; LARA, 2013).

O precário mundo do trabalho é um dos sintomas da barbárie social do século XXI (ALVES, 2007), visto que as condições pelas quais os trabalhadores se submetem ultrapassam os aspectos objetivos e gerenciais do trabalho, o que pode causar sofrimento psíquico. A partir dessa perspectiva, a próxima seção abordará questões relativas à subjetividade no trabalho e à exposição ao risco.

4. Exposição ao risco: assédio sexual e sofrimento psíquico

Concernente ao esgotamento profissional e ao estresse vinculados à pressão de cumprir prazos, a entrevistada afirma que tanto as atividades burocráticas, quanto as de campo são estressantes. Em suas palavras:

os [trabalhos] de campo e os de escritório são diferentes, mas provocam um estresse muito grande porque no momento em que tu tá escrevendo, tu sabes que tens aquela pressão de entregar as coisas e são muitos dados, muitas informações que tu não podes te confundir e a pressão de cima, do empreendedor te “enchendo o saco” pra dizer “tu precisa terminar logo” (Entrevistada).

Como elucidam Chiavegato Filho e Navarro (2014), muitas vezes os trabalhadores são praticamente forçados a se colocarem como inconvenientes e debilitados, como no exposto do discurso da entrevistada:

Teve uma situação de constrangimento em que a gente encontrou um sítio arqueológico histórico, que era uma taipa com antigos vestígios de uma fazenda e a empresa que me contratou, que não era o empreendedor, era a empresa de licenciamento ambiental fez muitas piadas, falou que eu tava louca, que aquilo não era um sítio (Entrevistada).

A democratização das sociedades e o acesso à informação permitem aos indivíduos que se conscientizem acerca de seu papel como cidadãos. Desse modo, as práticas repressivas e autoritárias tornam-se inaceitáveis e a garantia do direito de recorrer a tais práticas está presente na maioria das sociedades modernas. Embora estejamos ainda vivenciando uma sociedade predominantemente machista, com muita luta as mulheres alcançaram a participação no mercado de trabalho. A aceitação da presença das mulheres nos locais de trabalho é decorrente da necessidade de complementação do orçamento doméstico, bem como da maior reivindicação de direitos iguais entre os gêneros (FREITAS, 2001). Na fala da entrevistada, percebe-se uma preocupação quanto à diferença de gênero no trabalho:

Sempre existe uma situação delicada em questão de mulher no trabalho porque eu trabalho em áreas afastadas, longe dos centros urbanos, então sempre tem que ter um pulso e conseguir fazer com que a pessoa te respeite e veja quem está conduzindo aquela função (Entrevistada).

Tendo em vista a condição social atribuída à mulher na tradição patriarcal, a relação hierárquica entre os gêneros foi subvertida pelo feminismo nos anos 60, quando as mulheres deixaram de aceitar a condição inferior como responsáveis pela maternidade e pela administração domiciliar e familiar no âmbito privado, em oposição a do homem, dirigida às funções econômicas e administrativas do espaço público, segundo a ideia de que existiam diferenciações nas identidades biológicas e morais entre os gêneros (BIRMAN, 2005).

Em vista disso, os movimentos feministas iniciaram a luta por estabelecer a igualdade de direito entre os gêneros, “empreendeu-se aqui, pois, uma revolução em intenção e em extensão, de maneira que a figura da mulher pôde se assumir plenamente então e exigir ser reconhecida como sujeito do direito, já que até então esses direitos eram relativos e limitados” (BIRMAN, 2005, p. 38). Segundo o autor, somente nos contextos histórico e político das lutas sociais dos movimentos feministas que o assédio sexual foi constituído como realidade, pois foi na enunciação da mulher como sujeito pleno de direito que esta passou a reagir quando exposta pelos homens à condição de objeto sexual. Nas palavras do autor,

O assédio sexual se materializava então como discurso em toda e qualquer situação na qual a figura da mulher podia ser desqualificada no seu valor, pela simples condição de ser mulher e por não ser acolhida como sujeito do direito (...) foi apenas quando a figura da mulher se colocou finalmente como sujeito e não apenas como assujeitada à figura do homem, rompendo definitivamente, então, com sua subalternidade hierárquica, que ela passou também a exigir o reconhecimento efetivo de seus novos lugares sociais pelo Estado, como detentor que este era da soberania (BIRMAN, 2005, p. 38-39).

A entrevistada relata que, quando estagiária, foi contratada por uma empresa para realizar um serviço em uma linha de transmissão e o trecho em que trabalhou ficava na fronteira entre o Piauí e o Maranhão, em cidades com, no máximo, 2 mil habitantes. A empresa forneceu um motorista para recrutar ela e mais dois peões. No caminho para o campo, a arqueóloga foi assediada pelo motorista. Freitas (2001) descreve o assediador como alguém que não usa uma linguagem sedutora como meio de atingir seu objetivo, mas sim atitudes medíocres, tais como “gestos e palavras obscenas, insinuações de humor duvidoso e maldoso, propostas de erotismo sujo” (p. 15), como podemos perceber na ação do motorista que, segundo a entrevistada,

Chegou um momento em que o motorista colocou a mão na minha perna quando a gente tava indo para campo e eu fiquei totalmente acuada, não sabia como reagir, porque eu tava no meio do nada, com pessoas totalmente desconhecidas, com dois peões, que eram muito mais respeitosos do que o suposto cara da cidade grande que deveria ser um coordenador ali. Aí ele me reprimiu, eu não falei nada. Só que a situação ocorreu mais três vezes depois (Entrevistada).

Percebe-se um sentimento de desamparo e insegurança na fala da entrevistada. O assédio caracteriza-se por uma ação que “provoca tristeza, revolta e indignação. Entristece pelo seu lado patético, pequeno, mortal, miserável; revolta pela facilidade com que ocorre e provoca indignação pela impunidade que o cerca” (FREITAS, 2001, p. 16), como exposto pela entrevistada: “eu senti, não sei, uma angústia misturada com raiva. Na verdade, eu não tinha raiva dele, eu tinha nojo dele” (Entrevistada). Na mesma direção, Birman (2005, p. 33) aponta para uma condição de paralisia mental, onde a vítima se encontra impossibilitada de agir “à medida que as suas reações são esvaziadas de qualquer sentido pelos demais participantes da trama”. Nas palavras da arqueóloga:

Eu não sabia o que poderia acontecer. Eu não ia saber me defender e se eu comunicasse um dos peões era capaz de eles conversarem entre eles e decidirem fazer alguma coisa pior (...) chegou um momento em que eu fiquei muito abalada, que eu não sabia se eu contava pra alguém, não sabia o que eu fazia, nunca tinha passado por essa situação (Entrevistada).

Em relação à experiência do assédio e seu caráter persecutório, que pode ser observado no relato da entrevistada, Birman (2005, p. 33) sugere que “não existindo qualquer reconhecimento dos outros pelo que experimenta a personagem visada, essa não sabe mais qual é a fronteira entre o que imagina e o que é real”, como demonstra a arqueóloga ao generalizar e estender o comportamento do assediador aos peões, desconfiando de que estes poderiam tramar algo pior contra ela. Não é raro que a vítima acredite estar enlouquecendo, “já que não são evidentes as razões para a perseguição que vivencia” (op. Cit). O assédio promove consequências psíquicas manifestadas pelo horror, pois provocam uma desorganização da identidade social e psíquica, bem como um sentimento de insegurança na vítima.

Nas queixas de assédio nos locais de trabalho, a hierarquia funcional destaca-se, sendo assim, “um superior qualquer se vale de sua posição institucional para atingir e prejudicar um funcionário subalterno, que é minado então nas suas prerrogativas” (BIRMAN, 2005, p. 32). Contudo, tem se verificado que o assédio pode ocorrer também em relações horizontais, pois “os funcionários subalternos de uma dada organização podem prejudicar a posição de um

colega, pela desestabilização ostensiva de suas condições sociais de trabalho” (op. Cit).

Freitas (2001, p. 14) aponta para uma tentativa, por parte das organizações, em sublimar as pulsões de seus funcionários, mas não há garantias de eficácia, pois “as pessoas dentro das organizações são ainda seres sexuais, com desejos e fantasias; é impossível dessexualizar as pessoas, mesmo quando se usa um ambiente asséptico e estéril como no caso das organizações”. Embora estas sejam áreas de comportamento controlado e que proibir ações prejudiciais à sua imagem seja de seu interesse, o caso do assédio sexual se apresenta como uma adversidade organizacional. A autora afirma ainda que raramente se encontrará uma organização em que não tenha ocorrido pelo menos um caso de assédio sexual, bem como em que a medida tomada não tenha abarcado no desligamento da vítima, situação evidenciada pelas seguintes falas:

Hoje, trabalhando como autônoma, isso serviu muito pra eu ver que isso é uma coisa que acontece. Acontece, não tá fora, não tá longe. Isso acontece o tempo todo, em todos os lugares. (...) a empresa decidiu não demiti-lo e trocaram ele por outro motorista (...) As donas da empresa, que eram duas mulheres, não relevaram e, depois disso, na função de ser estudante e precisar de estágio e dessa experiência, eu tentei trabalhar com eles novamente e nunca mais eles entraram em contato comigo, ou seja, eu acho que na visão deles a errada sou eu, entende? (Entrevistada).

A diferença de gênero apresenta-se ainda como uma situação que possibilita a estrutura de ambientes hostis e ofensivos de trabalho onde as piadas, o deboche e o ataque direcionados à mulher são externados de diversas formas, como foi possível observar no relato da profissional entrevistada. Neste caso específico, a imprevisibilidade da composição das equipes de campo, por conta da rotatividade de auxiliares, apresenta-se como um dos principais fatores de risco no qual a entrevistada está exposta.

5. Considerações finais

A partir da análise, compreendemos que, tanto as formas de organização laboral, quanto às relações de trabalho que dela fazem parte, podem ser permeadas pela precarização, ocasionando, dessa forma, o sofrimento psíquico das trabalhadoras. A precarização apresenta-se sob diversos aspectos, englobando desde materiais e ferramentas até infraestrutura, relações sociais e organização do trabalho que, muitas vezes, ocorre de forma gerencial. Essa organização com viés capitalista visa à redução de custos a fim de aumentar os lucros, mesmo que para isso muitas empresas tenham que se silenciar diante do sofrimento de seus trabalhadores, apelando para a omissão e ao trabalho sujo.

Conforme aponta a literatura da área, o suicídio vem sendo apresentado como um preocupante fator decorrente da precarização das relações trabalhistas. Pode-se pensar que entre os extremos está o assédio sexual, que se constitui em uma prática frequente no exercício laboral e que envolve, entre outras coisas, fortes impactos e consequências psíquicas, manifestadas pelos sentimentos emergentes diante de tal situação. Tal experiência de sofrimento pode ocasionar uma desorganização da identidade social e psíquica, provocando sentimento de insegurança, perseguição e culpabilização da vítima. Tais sentimentos podem influenciar em diversos âmbitos da vida da vítima, por isso e por tantas outras razões, o assédio deve ser uma prática repudiada em todas as esferas da sociedade, inclusive no trabalho. Tendo em vista que o indivíduo necessita de meios que garantam a sua subsistência, essa necessidade faz com que ele, muitas vezes, se submeta às mais hostis relações e ambientes de trabalho.

A partir do discurso da entrevistada, observamos como fatores potencialmente adoecedores em seu campo profissional, a precarização do trabalho e a exposição ao risco relacionada ao assédio sexual. Enfatizamos como aspecto de destaque na análise da entrevista, a vulnerabilidade em relação ao trabalho da mulher na Arqueologia, no que diz respeito, principalmente, à rotatividade e a imprevisibilidade da composição das equipes de trabalho em campo.

Diante desse cenário, mostra-se necessário fomentar discussões sobre as questões de gênero nesse campo de trabalho, em vista de potencializar as problemáticas delas emergentes, a fim de que tais discussões alcancem as esferas trabalhistas da área, para que algumas ações e estratégias possam ser pensadas e articuladas de modo a amparar as trabalhadoras, tanto na esfera laboral, quanto na psíquica. Rever e reconstruir as relações de gênero e meio ambiente possibilita romper com questões que reforçam uma cultura na qual a mulher possui um papel social limitado aos deveres domésticos e não atuante na esfera ambiental.

Referências

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIRMAN, Joel. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 17, n. 1, p. 29-44. jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CHIAVEGATO FILHO, Luiz Gonzaga; NAVARRO, Vera Lucia. A ideologia gerencialista no Sistema Único de Saúde (SUS): a organização do trabalho de médicos. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 96-115, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v20n1/v20n1a07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social* / Christophe Dejours; tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19. abr./jun.2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Brasília: Secad/MEC, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; LARA, Ângela Mara de Barros. O trabalho dos professores na rede estadual de educação básica do Paraná (1995-2002): uma análise dos dilemas da precarização do trabalho. *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho*, Ano VI, n.13, 2013. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/06revistaRET13.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativas em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n3/09.pdf> Acesso em: 20 ago. 2018.

SALIMON, Mário Ibraim; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. *Rev. Adm. São Paulo*, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 643-657, dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. Moura (Orgs.). *Educação Ambiental*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-44.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.